



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

Aos **dez** dias do mês de **julho** de **2018** (dois mil e dezoito), reuniram-se, em caráter **ordinário**, na Sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS, à Av. Borges de Medeiros, número dois dois quatro quatro, na sala de reuniões do sexto andar do prédio, nesta capital, às quatorze horas e treze minutos, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. **Compareceram** à reunião, à **MESA**, presidindo a reunião, **Maurício Fernandes**, Presidente, secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, **Leandro Bittencourt Àvila**, assessor jurídico da SMAMS, e **Aline Brum de Lima**, Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos. Representando as **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS** compareceram: **José Francisco Furtado**, titular do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Lisiane Sartori Magni**, primeira suplente do DEMHAB; **Carla Monteiro**, primeira suplente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); **Fernanda Garcia**, titular da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional (Metroplan); **Caciano Ferreira**, primeiro suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Gabriel Dornelles**, primeiro suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS); **João Batista Rodrigues**, titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM); **Simone Madeira**, primeira suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE); **Cláudia Franciosi**, titular da Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI); e **Lívia Salomão Piccinini**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Representando as **ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**, compareceram: **Jussara Kalil Pires**, primeira suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); **Claudete Simas**, titular da Acesso Cidadania e Direitos Humanos (Acesso CDH); **Sérgio Saffer**, titular da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Vinícius Vieira**, titular do Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul (CAU-RS); **Jeanice Ramos**, primeira suplente do CAU-RS; **Clarice de Oliveira**, titular do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS); **Hermes Puricelli**, titular do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS); **Sérgio Brum**, titular do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE/RS); **Fernando Pereira da Silva**, primeiro suplente do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE/RS); e **Mark Ramos Kuschick**, titular da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (SOCECON/RS). E representando a **COMUNIDADE**, compareceram: **Felisberto Seabra Luisi**, titular da Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **José Romari da Fonseca**, primeiro suplente da RGP 1; **Adroaldo Venturini Barbosa**, titular da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Tânia Maria dos Santos**, titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral Cardoso**, titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 5); **Luiz Gomes**, titular da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Gilberto da Costa**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Maristela Maffei**, titular da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Emerson dos Santos**, titular do Orçamento Participativo, Temática Organização da Cidade, Habitação, Desenvolvimento Urbano Ambiental (OP-OHCDUA). **Item Um. Abertura.** Presidente **Maurício** abriu a sessão às quatorze horas e treze minutos e informou que a manifestação apresentada pelo Conselho em relação ao decreto foi enviada para a Procuradoria Geral do Município (PGM) que já fez uma análise. Disse que a análise da PGM foi enviada pela SMAMS no dia da reunião do Conselho pela manhã e como a secretaria ainda não conseguiu fazer uma análise jurídica mais aprofundada não se sentiu confortável para apresentar sem um filtro do gabinete. Disse que a manifestação já estava respondida, mas efetivamente, como a resposta é jurídica, ela precisa ser homologada pelo gabinete do secretário. Disse que o assunto já está praticamente resolvido e se comprometeu em trazer uma resposta para o Conselho e uma agenda de avanço sobre o tema. **Item Dois. Votação da Ata.** Conselheiro **Mark** (SOCECON) solicitou que o nome dele fosse escrito de forma completa. Conselheira **Clarice** (IAB) solicitou duas alterações solicitadas pelo segundo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

suplente da entidade, Rafael Passos. A ata da última reunião, número dois sete meia nove, colocada em votação foi aprovada por maioria, com as retificações solicitadas, e uma abstenção. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) se absteve, pois estava em viagem e não teve tempo de ler o documento. **Ata aprovada com ressalvas. Item Três. Ordem do Dia. Presidente** informou que a Ordem do Dia foi colocada antes das Comunicações na pauta, com o intuito de otimizar os trabalhos para que quem tem compromisso após, possa participar da parte deliberativa da reunião. Disse que a Smams entende que isso pode trazer mais dinâmica aos trabalhos do Conselho. Informou que este foi o motivo, sem prejudicar o conteúdo, por isso foi invertida a Ordem do Dia em relação às Comunicações. **Processo Quatro Ponto Um. Expediente:** 002.050619.16.0. **Na pauta em:** 01/11/2016. **Interessado:** CMDUA. **Assunto:** Seminário de Planejamento. **Relator:** Comissão de Revisão do Plano Diretor. **Encaminhamentos:** 1 – Definido o dia 07/12/2016 para realizar primeiro encontro em local a ser confirmado. 2 – Definido o local do primeiro dia de seminário: Cinemateca Capitólio. Convites distribuídos aos conselheiros em 22/11/2016. 3 – Realizado o seminário preparatório em 07/12/2016. 4 – Em 07/03/2014: definida a retomada da comissão em 14/03/2017. 5 – Em 04/04/2017: definir integrantes em 11/04/2017. 6 – Em 11/04/2017: definir nova configuração da comissão em 18/04/2017. 7 – Em 04/07/2017: Definida realização de reunião em 11/07/2017. 8 – Em 11/07/2017: Definida nova comissão. 9 – Alterado o nome da comissão para “Comissão de Revisão do Plano Diretor” em 12/09/2017. 10 – Definido dia 03/10/2017 para realização de apresentação no CMDUA. 11 – Definido o dia 07/11/2017 para realização de apresentação dos temas abordados na dinâmica. 12 – Definido cronograma no formato de curso de extensão coordenado pela UFGRS, com as inscrições abertas. 13 – iniciado o Curso de Extensão em 10/03/2018. 14 - Segundo encontro realizado no dia 24/03/2018. Terceiro encontro em 14/04/2018. Quarto encontro em 28/04/2018. Quinto encontro em 12/05/2018. Encontro do dia 26/05/2018 suspenso face greve dos caminhoneiros. Conselheira **Lívia** (UFRGS) informou que o curso segue em andamento e que no dia quatorze de julho (sábado) seria realizado um novo encontro sobre perspectivas da cidade e cenários futuros, com o Prof. Dr. Paulo Reyes (UFRGS); e economia urbana, com a Profª. Drª. Wrana Panizzi (UFRGS). Informou que o curso iniciaria às nove horas da manhã e aconteceria no Ministério Público do Estado, na Rua Aureliano de Figueiredo Pinto. Informou que o convite seria enviado para a secretaria executiva do CMDUA para encaminhamento para todos os conselheiros. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) convidou os novos membros do Conselho para retomar a Comissão de Revisão do PDDUA que é super importante. Disse que a Comissão tinha a pretensão de fazer um trabalho de Revisão do Plano Diretor. Informou que aconteceram algumas ações e que a última ação realizada foi o seminário de Planejamento que está ocorrendo na UFRGS. Disse que objetivamente a Comissão não está mais com a sua condição ativa. Disse que o seminário, por sua baixa participação, não pode ser considerado como responsável pela formação e encaminhamentos para a Revisão do Plano Diretor. Sugeriu a retomada imediata da Comissão de Revisão do PDDUA. Sugeriu que seja marcada uma nova reunião de imediato para que seja estabelecido novamente um plano de trabalho que envolva da maneira mais abrangente possível os conselheiros do CMDUA. Perguntou se a arquiteta Lívia (UFRGS) gostaria de liderar as reuniões ou outro conselheiro que tivesse a disponibilidade para marcar essas reuniões, como aconteceu no ano de 2016, principalmente, pois em 2017 o trabalho foi meio devagar. Disse que em outro momento faria um relato mais pontual sobre o trabalho que aconteceu. Sugeriu a retomada da Comissão, colocando uma pessoa encarregada para marcar as reuniões. Sugeriu que o modo como está relatada a questão do seminário na pauta das reuniões do CMDUA seja sintetizado. Sugeriu que seja colocado apenas o próximo evento a ser realizado. Conselheira **Lívia** (UFRGS) disse que seria importante que fosse esclarecido como funciona a Comissão, pois tem muitos conselheiros novos. Disse que deveria ser feita a recuperação da história da Comissão. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) disse que faria uma síntese para ser enviada a todos os conselheiros via e-mail da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

secretaria executiva. Disse que enviaria o e-mail e este ficaria aberto para quem quisesse fazer alguma complementação. **Presidente** sugeriu que além do envio do material por e-mail fosse feita uma apresentação para nivelar conhecimento, pois vários membros do Conselho foram trocados. Sugeriu montar uma pauta sobre o tema de cerca de trinta minutos para a realização de apresentação e conversas sobre o assunto. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) disse que o importante é socializar a informação para que os novos conselheiros saibam o que aconteceu neste período, para que estes possam participar mais ativamente e verificar quem quer participar da Comissão, pois a Revisão do Plano Diretor é importantíssima. Disse que ficaria na espera do resumo para poder dar a sua opinião. Conselheira **Clarice** (IAB) disse que seria importante um informe da prefeitura acerca da revisão do PDDUA, para que fossem informados os encaminhamentos e metodologias a serem utilizadas na Revisão do Plano Diretor, para que os conselheiros possam ter um panorama mais geral sobre o assunto. Solicitou que o parecer da PGM sobre o decreto que altera o funcionamento do Conselho fosse enviado com antecedência da próxima reunião por e-mail para a análise de todos. **Presidente** registrou novamente que recebeu no final da manhã o parecer e disse que não teve tempo de fazer uma análise e que não achava adequado encaminhar sem que ao menos o seu gabinete tenha analisado o teor do documento. Conselheira **Simone** (SMDE) sugeriu que o setor da SMAMS responsável pela Revisão do PDDUA fizesse esclarecimentos na próxima reunião. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB) disse que quando foi iniciada a Comissão de Revisão do PDDUA, foi apresentada, à época pela SMURB, toda a metodologia, inclusive da SMAM. Disse que foi feita uma apresentação com toda a metodologia a ser utilizada com os avanços que tinham ocorrido. Disse que o conselheiro Gomes (RGP 6) deve também apontar em seu resumo a apresentação que foi feita. Disse que foi realizada uma discussão para os conselheiros da época com toda a metodologia. Conselheira **Clarice** (IAB) disse que se teve andamento no trabalho seria interessante ter uma atualização. **Curso em andamento: 6º encontro em 14/07/2018. Encaminhamento de relatório escrito sobre a Comissão pelo conselheiro Gomes (RGP 6). Apresentação da Comissão de Revisão do PDDUA e da Coordenação de Planejamento Urbano da SMAMS sobre a Revisão do PDDUA na próxima reunião. Processo Quatro Ponto Dois. Expediente: 002.280305.00.4. Interessado: Ludemax. Assunto: EVU Estudo de Viabilidade Urbanística. Local: Rua João Moreira Maciel, 3000 – Farrapos. Relator: SMOV. Encaminhamentos: 1 – Relatado em 03/04/2018. 2 – Em diligências à SMAMS em 03/04/2018. Retornou em 17/04/2018. 3 - Vistas à RGP 2, OP, ABES e UFRGS em 24/04/2018. 4 - Parecer contrário do relator vencido em 08/05/2018. 5 – Processo redistribuído ao novo relator, GP, em 08/05/2018. 6 – Em diligências ao requerente em 29/05/2018.** Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) disse que pelo tempo que passou sem ocorrer as reuniões do Conselho fica difícil os conselheiros avaliarem o processo. Solicitou que a partir de agora os relatores usassem o Datashow para apresentarem seus relatos acerca dos processos. **Presidente** informou que pelas regras atuais não se pode obrigar o relator a usar o Power Point. Disse que muitos relatores fazem e pode ser positivo, mas não há como obrigar o relator a fazer a apresentação, porém é fundamental que o relatório seja compreensível para todos. Disse que o objetivo que é a compreensão não será tido de nenhum conselheiro. Disse que cabe aos conselheiros buscar esclarecimentos e cabe ao relator fazê-los para que o bom andamento do trabalho seja garantido. Conselheiro **Caciano** (GP), relator, fez a leitura do relatório feito pela antiga conselheira do GP, Luana Nunes. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) disse que acredita que esta seja a dinâmica atual dos trabalhos e é praticamente impossível querer que a cidade aconteça e aprovar projetos com uma leitura de um parecer, ainda mais com uma observação de que há um parecer contrário a sua aprovação. Disse que faltam informações. Pediu desculpas pela reunião anterior, pois disse que teve uma alteração e era impossível que não tivesse. Disse que tem a máxima boa vontade em relação às questões do Conselho e em relação à cidade acontecer. Disse que tem uma atitude pró-ativa. Falou que ou se



ATA 2770

1 aprova os processos na confiança ou não aprova. Afirmou que com todo o respeito aos conselheiros
2 antigos e a quem fez o parecer, mas é muito difícil aprovar um processo assim. Disse que houve uma
3 época em que os técnicos apresentavam os pareceres em situações mais complicadas ou o próprio
4 requerente fazia uma explanação sobre o projeto. Disse que tem uma longa passagem pelo Conselho e
5 que realmente são muito poucas informações. Disse que é um tiro no escuro, se aprova na confiança,
6 ou aprova ou não aprova. Conselheiro **Sérgio** (AREA) disse que não é normal no Conselho se trazer
7 poucas informações. Disse que logo faria a apresentação de um parecer e se colocou à disposição para
8 ajudar e colocar as imagens do processo no Google para esclarecimentos. Disse que não é este o
9 procedimento do Conselho (afirmado pelo conselheiro Hermes). Disse que costuma pedir para a
10 arquiteta Sônia da Cauge a cópia das plantas em PDF. Disse que poderia localizar o terreno no
11 Google para mostrar para os conselheiros. **Presidente** disse que é importante que nesta transição se
12 tenha uma razoabilidade porque são processos que estavam prontos para serem deliberados. Disse
13 que este processo, especificamente, era para ter sido deliberado na reunião passada, na verdade no
14 mandato passado, e retornou à pauta. Disse que a palavra confiança sim deve existir, porque é
15 impossível que todos os processos sejam 'parecerizados' por todos os conselheiros, e então cabe ao
16 relator. Disse que isso ocorre no Judiciário que é o sistema mais antigo da história desde os romanos.
17 Disse que é assim, o relator faz o parecer e se alguém tem dúvidas existe a condição de vistas
18 justamente para mitigar esses efeitos. Conselheiro **Vinícius** (CAU-RS) disse que da mesma forma
19 que colocou o conselheiro Hermes, lhe faltam elementos para poder acompanhar o voto do relator.
20 Disse que algumas questões poderiam ter sido sanadas, como qual o conteúdo que será transportado
21 no prédio, que poderá acarretar na questão ambiental, qual o volume que será transportado, que
22 poderá impactar na questão de circulação e como o empreendimento estará relacionado com a cidade.
23 Disse que pela maneira como o relato estava escrito, de acompanhamento apenas, iria se abster do
24 processo. Conselheiro **Caciano** (GP), relator, disse que a informação de o que será transportado
25 consta no parecer, serão grãos e fertilizantes. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) pediu vistas ao
26 processo, pois gostaria de obter a informação de quais quantidades seriam transportadas, quais os
27 tipos de produtos, numa região de APP, na beira do rio e próximo ao rio. Disse que existem algumas
28 coisas que lhe preocupam. Disse que também não se sentia à vontade para votar sem ler atentamente
29 o processo. Disse que não iria se abster e sim votar contra o parecer do relator. Disse que se possível
30 gostaria de ter vistas ao processo pela RGP 1. Conselheira **Claudete** (Acesso CDH) disse que no
31 mesmo sentido dos demais conselheiros, e como a Acesso estava recém se integrando a este espaço,
32 não se sentia apta a deliberar sobre o processo. Disse que havia inclusive um contraponto, uma
33 manifestação contrária, e o relato do novo relator não deixava nem claro o porque deste parecer
34 contrário anteriormente. Disse que ou iria se abster, ou pedir vistas ao processo, juntamente com o
35 conselheiro Felisberto. Conselheiro **Caciano** (GP), relator, informou que o conselheiro Sérgio
36 (AREA) havia se colocado à disposição para expor no projetor a planta do processo e fazer
37 esclarecimentos. Disse que o conselheiro Sérgio conhecia bem o local e poderia ajudar a sanar
38 dúvidas. Disse que realmente foi uma falha ele não ter mencionado no seu parecer o parecer que
39 havia sido vencido. Disse que o motivo desfavorável do parecer anterior foi na verdade a sugestão de
40 retorno às etapas de licenciamento para discussão com o empreendedor possíveis alterações no
41 projeto. Informou que a área já existe e já possui autorização. Disse que é uma área de quase dez mil
42 metros quadrados. Pediu licenças ao presidente para poder expor a área no projetor através de slides.
43 Conselheiro **Furtado** (Demhab) falou que é biólogo e acompanhou o processo. Lembrou aos novos
44 conselheiros que antes de trabalhar no Demhab, trabalhou na Smam. Disse que foi supervisor do
45 Meio Ambiente e substituiu o atual secretário na Supervisão do Meio Ambiente e na secretaria
46 adjunta da Smam. Disse que acompanhou os Estudos de Impacto Ambiental e acompanhou este
47 processo desde o primeiro relato que foi da Smov. Disse que o projeto trata do aumento de seiscentos



ATA 2770

1 metros em uma faixa que está dentro de uma APP. Disse que a Smams deu 'ok' a este procedimento,
2 baseada em um parecer da PGM sobre antropização em faixas de APP. Disse que existe então um
3 documento jurídico que a Smams acatou dando o posicionamento favorável. Disse que o município
4 deu um parecer favorável mediante parecer da PGM. Informou que a empresa já está no local há
5 décadas. Informou que é favorável a aprovação do empreendimento e disse que poderia se falar de
6 algumas melhorias do ponto de vista ambiental numa faixa próxima a linha d'água. Disse que havia
7 também uma questão administrativa, talvez uma assinatura em uma procuração, para dar início ao
8 processo. Disse que à época, inclusive, parabenizou o relator. Disse que mesmo com todos os
9 pareceres de todos os órgãos da prefeitura favoráveis à aprovação do processo, o relator em um
10 posicionamento dele, bem claro em sua apresentação, como cidadão, achou que não deveria haver
11 aprovações deste tipo de empreendimento em uma faixa de APP. Disse que foi um posicionamento
12 do relator. Reiterou que todos os órgãos da prefeitura, inclusive a própria Cauge, aprovaram o
13 processo, mas o parecer pessoal do relator foi contrário e quando colocado em votação foi rejeitado.
14 Disse que quando ocorre a rejeição do parecer, é nomeado um novo relator, que passou a ser o GP.
15 Disse que é uma área que já tem habite-se, a empresa é regularizada, já tem licença ambiental, e só
16 está propondo uma ampliação dentro da faixa de APP. Disse que o projeto é uma ampliação do
17 conjunto de balcões que já existem lá há décadas com esta atividade. Disse que gostaria de resgatar o
18 que foi feito e falou que se esqueceu de algum detalhe, alguém que também tenha acompanhado o
19 processo pudesse apresentar e complementar. Disse que é um empreendimento que já está há décadas
20 com licenciamento ambiental, com habite-se e toda a regularização adequada, que pede um aumento
21 construtivo numa área de APP já antropizada. Disse que este é o histórico. Conselheiro **Sérgio**
22 (SENGE-RS) disse que estava tomando conhecimento do processo na data da reunião. Disse que
23 estava se informando com o relato do conselheiro Furtado, mas que ainda ficava com muitas dúvidas.
24 Disse que tinha conhecimento de que era uma área de depósito de fertilizantes e que era uma área já
25 bem degradada. Disse que gostaria de ter mais elementos para poder votar o processo, pois os
26 elementos que possuía até o momento não o conduziam para a aprovação. Disse que poderiam ser
27 agravados problemas com este processo e por isso via a necessidade de mais informações. Disse que
28 de qualquer forma já havia um pedido de vistas do conselheiro Felisberto e considerava não ser
29 demais aqueles que tivessem informações dividi-las com o Conselho. Disse que seria importante a
30 presença do responsável técnico pelo empreendimento para que ele trouxesse ao Conselho a visão
31 dele sobre o processo. Disse que acha que seria uma contribuição para a análise do Conselho. Disse
32 que não se sentia autorizado a dar seu voto a favor do processo sem conhecer um pouco mais.
33 Conselheira **Lívia** (UFRGS) disse que gostaria de se somar a fala do conselheiro Furtado que fez um
34 relato muito apropriado do primeiro parecer do relator. Disse que, no entanto, a partir das vistas, que
35 foram solicitadas pela RGP 2, pela ABES e pela UFRGS, eles também haviam votado contrários ao
36 empreendimento. Disse que gostaria de acrescentar esta informação. Disse que o relato que o
37 conselheiro Furtado fez, a primeira parte foi perfeita. Conselheiro **Emerson** (OP-OHCDUA) disse
38 que acompanhou todo o processo e fez toda uma revisão. Disse que é um processo muito grande e
39 que ali estava somente uma parte dele. Disse que se trata de uma empresa que não chegou ontem
40 naquele espaço e que já estava localizada ali desde 1979 promovendo esta atividade no local. Disse
41 que o OP-OHCDUA foi favorável ao processo em razão de várias situações. Disse que o OP-
42 OHCDUA entende que se trata de um processo que envolve o desenvolvimento econômico da cidade.
43 Disse que a empresa contribui e bastante com a arrecadação do município e que era necessário
44 também ter esta visão do desenvolvimento econômico. Disse que entende que é uma APP, mas não é
45 uma grande dimensão que irá ser construída naquele espaço, além do que já está constituído. Disse
46 que gostaria de deixar bem clara a sua posição e para aqueles que estivessem em dúvida o seu relato
47 junto ao processo estava bem esclarecedor sobre as atividades da empresa, licenças e tudo o mais.



ATA 2770

1 Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) disse que precisava ficar bem claro o papel do Conselho na
2 avaliação de projetos de grande relevância. Disse que gostaria de saber se os moradores da RGP 2
3 estavam cientes do que estava acontecendo. Disse que seria importante os conselheiros visitarem o
4 local e saberem qual o impacto terá na população. Disse que votar é importante, mas é preciso ter
5 consciência do caos que pode ficar a cidade. Disse que não estava claro quais os efeitos do
6 empreendimento na região. Disse que gostaria de saber a opinião da RGP 2 sobre o assunto.

7 Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2) disse que num primeiro momento a RGP 2 acompanhou o voto do
8 primeiro relator e foram pedidas vistas coletivas. Disse que o Conselho derrubou o relato de vistas.
9 Disse que, devido a após todas as questões levantadas pelo relator não haver as informações
10 necessárias, iria abster-se. **Presidente** apresentou a área para o Conselho no projetor. Disse que a
11 proposta é fazer uma nova construção de quatrocentos e cinquenta metros quadrados no local.
12 Informou que segundo parecer da PGM e da SMAMS a área não pode mais ser considerada APP,
13 pois são intervenções regulares. Disse que todas as construções têm habite-se e projeto aprovado.
14 Disse que a região é industrial e não há pessoas morando por perto. Disse que na prática, a construção
15 não está em uma área de APP. Disse que existe sim uma lei que veio depois da ocupação e que gera
16 esta dúvida, mas a construção sequer é na beira da água, ela é atrás de um prédio. Disse que
17 interpretar que esta construção estaria em uma área de APP, seria o mesmo que demolir o shopping
18 Praia de Belas porque tem o Arroio Ipiranga. Conselheira **Maristela** (RGP 7) pediu desculpas por
19 não ter tanta intimidade com os processos e disse que gostaria de entender melhor a questão do
20 subsolo. Disse que estava no Conselho também para aprender. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) disse que
21 poderia se dar as vistas e na próxima reunião os relatores se encarregariam de colocar o processo todo
22 no projetor. Disse que, infelizmente, este processo foi prejudicado pela própria equipe de
23 conselheiros. **Presidente** informou que não havia espaço para vistas, pois a partir do momento em
24 que já havia ocorrido vistas conjuntas, não havia previsão regimental para novas vistas. Disse que não
25 se furtaria a esclarecer os pontos. Perguntou qual era o ponto de divergência. Disse que os prédios no
26 local não seriam demolidos e que a construção de um escritório de quatrocentos e cinquenta metros
27 quadrados não mudaria absolutamente nada na situação. Disse que se respeita o entendimento
28 contrário, mas que sobre o ponto de vista do andamento este processo estava na pauta da reunião
29 passada e poderia ter sido votado, após vários conselheiros terem optado em se retirar. Disse que
30 poderia ter sido votado, pois a reunião ainda estava aberta e o Regimento prevê isso, mas a
31 presidência entendeu por não votar em respeito aos conselheiros que optaram por se retirar. Disse que
32 novas vistas não seria possível, porque o processo já estava pronto para votação há muito tempo e
33 que o Conselho precisava ter um grau de responsabilidade no desenvolvimento das atividades do
34 CMDUA. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) disse que gostaria de discordar do presidente. Disse que
35 este era um novo Conselho e que entendia que era necessário dar vistas para quem não conhecia o
36 processo. Disse que discordava veementemente da posição do presidente. Disse que isso era um
37 cerceamento do direito da pessoa olhar o processo. Disse que o Conselho deveria criar o hábito de
38 discutir a pauta a ser discutida. Disse que isso era democratizar os processos. Pediu que fosse
39 colocado em votação se a RGP 1 deveria ter vistas ou não. Conselheiro **Vinícius** (CAU-RS) disse que
40 tinha algumas dúvidas para fins de esclarecimentos. Disse que tinha a impressão de que não estava se
41 propondo demolir. Disse que já se tinha uma área degradada e seria interessante saber se o Conselho
42 iria reunir esforços ou criar precedentes para que mais áreas degradadas se degradassem mais ainda,
43 com mais degradação do ambiente natural, ou o Conselho iria tomar um posicionamento conforme os
44 princípios éticos de formação de seus membros. Disse que não seria o fato de haver construções
45 anteriores à lei, que iria impedir de continuar degradando. Disse que não poderiam ser abertos mais
46 precedentes para serem usados em situações análogas para os empreendedores. Disse que,
47 infelizmente, há um fato consumado, mas não parecia ser suficientemente razoável que o Conselho



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

1 siga cometendo equívocos e aprovando construções em áreas de APPs. Conselheira **Tânia** (RGP 4)
2 disse que não possuía um conhecimento profundo acerca do que o processo tratava. Disse que possuía
3 muitas dúvidas em relação à construção, até porque o próprio presidente falou que seria um
4 escritório, mas poderia ser um silo de armazenagem com mais fertilizantes naquela área. Disse que
5 não se tinha nada específico do que seria construído. Disse que não se sentia confortável para votar e
6 solicitou vistas ao processo. **Presidente** disse que imaginava ser um escritório, pois era uma
7 construção de menos de quinhentos metros quadrados e que então para um silo ou depósito seria
8 muito pequeno. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) registrou que o SAERGS gostaria de ser proativo,
9 tentando fazer com que o Conselho elevasse o nível de discussão para o desenvolvimento urbano de
10 Porto Alegre. Disse que é um Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, não é um
11 Conselho qualquer. Disse que no mundo inteiro o Plano Diretor trata do planejamento duro da cidade,
12 mas também da correção de áreas já construídas. Disse que não era um argumento ponderável dizer
13 que como já havia áreas construídas, mais um pouquinho não faria mal. Disse que se essa fosse a
14 ideia das cidades, o que seria da Europa, pois toda ela está construída. Disse que são argumentos que
15 não são suficientes. Disse que não gostaria de ficar com a posição de advogado do diabo, pois parece
16 que é contra tudo. Disse que esta nunca foi a sua postura. Disse que sempre buscou ser proativo, mas
17 a forma como as coisas estão sendo colocadas impede outro tipo de postura. Disse que o fato de
18 conceder não é uma forma positiva de desenvolver a questão econômica. Disse que Porto Alegre já
19 gasta muito com coisas que foram mal aprovadas. Disse que se acha que estão sendo bonzinhos, mas
20 podem estar trazendo um problema futuro para a cidade. Conselheira **Claudete** (Acesso CDH)
21 registrou que não entendia como não havia vistas, pois era a primeira vez que estavam participando
22 do processo. Disse que de acordo com o Regimento é facultada as vistas ao longo da discussão e
23 entendia que estavam no período de discussões. Disse que não se sentia em condições de votar o
24 processo mesmo após todas as colocações que foram esclarecidas sem ter vistas ao processo.
25 Conselheira **Clarice** (IAB) disse que a apresentação minimizava a questão e que não havia condições
26 de avaliar o processo desse jeito. Disse que o pedido de vistas dos colegas deveria ser levado em
27 consideração. Disse que não é porque a lei das APPs veio depois que as construções foram
28 executadas que hoje, tendo consciência e conhecimento dos malefícios ao Meio Ambiente que este
29 tipo de atividade pode vir a causar, sigamos esta linha. Disse que já tendo sido relatados muitos
30 pareceres contrários, considera uma questão bastante importante. **Presidente** disse que o Regimento
31 prevê um pedido de vistas. Disse que é importante ter responsabilidade para não se revisitar tudo o
32 que já foi feito. Disse que lhe causa preocupação, pois na reunião passada foi colocado justamente
33 isso, de que tudo o que foi feito seria revisado. Disse que teve um conselheiro que fez esta colocação.
34 Disse que é preciso partir de uma premissa de que os quadros técnicos da prefeitura, bem como os
35 antigos conselheiros, têm seu grau de responsabilidade no processo. Disse que o processo foi
36 aprovado pela prefeitura, pela PGM e então não se parte da premissa que ele esteja errado. Disse que
37 o pedido de vistas não seria possível. Sugeriu retirar o processo da pauta desta reunião para que os
38 conselheiros tivessem as próximas duas semanas para fazer todos os esclarecimentos. Disse que a
39 prefeitura, inclusive, estaria à disposição para fazer todos os esclarecimentos. Disse que o pedido de
40 vistas não seria possível, pois não se alterava um Regimento por votação. Disse que se altera o
41 Regimento em um processo de alteração de Regimento. Disse que esta seria a sua condição
42 salomônica para tentar nutrir de informação os que têm dúvidas. Fez um apelo para os conselheiros
43 entenderem sua responsabilidade. Disse que não se pode querer revisitar e achar que tudo o que foi
44 feito estava errado. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) disse que não se tratava de revisitar ou
45 questionar as coisas que foram feitas pelo Conselho anterior. Disse que é uma questão de cuidado de
46 analisar e ver o impacto que este empreendimento vai ter. Disse que o mesmo cuidado que os
47 técnicos da prefeitura têm com um empreendimento econômico, devem ter com um empreendimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

humano. Disse que muitas comunidades aguardam há muito tempo as suas regularizações por ineficiência da administração. Disse que a prioridade deve ser a regularização fundiária e as pessoas que estão esperando há anos por essa regularização. **Presidente** informou que o posicionamento da prefeitura não é o que o conselheiro Felisberto afirmou de só preservar o lado econômico. Disse que ele busca o equilíbrio entre tudo. Conselheiro **Sérgio** (SENGE-RS) disse que a retirada do processo da pauta desta seção não era completamente satisfatória. Disse que não se sentiu esclarecido. Disse que o relator trouxe o relatório falando de uma ampliação de quinhentos metros de uma marina ou atracadouro, que esta seria a atividade. Disse que descobriu que a atividade não é bem essa e sim um depósito de fertilizantes. Disse que o presidente do Conselho colocou que a ampliação é no escritório. Disse que o relato não estava completo e que esperava que como conselheiro lhe fossem dados mais dados para que ele pudesse decidir a respeito da ampliação para mais quinhentos metros quadrados para estocar fertilizantes que poderão poluir o Rio Gravataí e o Guaíba. Disse que o relato não era suficiente e que era preciso relatar qual seria exatamente a atividade que seria feita nos quinhentos metros quadrados. Disse que gostaria de saber qual o passivo ambiental que esta construção iria gerar se não fosse um escritório. Disse que no mínimo os laudos com o projeto precisam ser mais bem detalhados. Disse que seria preciso colocar o projeto no telão, além de serem apresentados os pareceres anteriores. Disse que não conhecia o processo e teria que disputar nos próximos quinze dias o acesso a este processo. Disse que não que não era assim que deveria ser o Conselho e que para o Conselho deveria se trazer todos os detalhes necessários e subsídios para que cada conselheiro pudesse tomar sua decisão. Disse que era preciso trazer mais e que não sabia como era a forma anterior, pois não fazia parte do Conselho. Disse que não dava para decidir com tão poucas informações. Disse que gostaria de saber por que o primeiro parecer foi contrário e qual a sua fundamentação. Disse que não viu nada disso. Disse que gostaria de saber onde estavam os responsáveis técnicos pela proposta deste empreendimento. Disse que quando o empreendimento viesse a dar problema os conselheiros seriam responsabilizados por ter aprovado o processo. Conselheiro **Caciano** (GP), relator, sugeriu convidar o representante do empreendimento para apresentar o projeto na próxima reunião para esclarecimentos aos conselheiros. Disse que as apresentações dos conselheiros Sérgio (AREA) e Furtado (Demhab) foram muito elucidativas e que as afirmações do conselheiro Sérgio (SENGE-RS) estavam equivocadas. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) informou que a empresa já esteve no Conselho com um arquiteto e um engenheiro responsável e com certeza viria novamente. Disse que esta seria a saída para esclarecer todas as questões. Disse que é compreensível que todos os conselheiros novos não estejam entendendo o processo. Conselheira **Maristela** (RGP 7) disse que o fato dela ter colocado anteriormente que não possuía muito domínio técnico, não significava ingenuidade. Disse que possuía o domínio e a compreensão perfeita de separar o que é Governo e o que é Estado. Disse que nesse aspecto possuía uma bela caminhada e sabia exatamente do que se tratava. Disse que iria questionar sim todos os processos que viriam pela frente e que se for necessário pedir vistas vai solicitar. Disse que não é uma pessoa sectária. Disse que são detalhes que se precisa ter conhecimento. **Presidente** informou que o responsável técnico seria convidado para apresentar o projeto na próxima reunião do Conselho. Disse que o processo ficaria à disposição na secretaria executiva do CMDUA para qualquer conselheiro e qualquer cidadão. Informou que o contato seria a servidora Aline Brum da secretaria executiva do CMDUA. Disse que o processo entraria na pauta da próxima reunião com a presença do responsável técnico. **Adiado.**

Apresentação pelo Empreendedor na próxima reunião. Processo Quatro Ponto Três.
Expediente: 002.314207.00.8. **Interessado:** MLX Empreendimentos Imobiliários. **Assunto:** EVU. **Local:** Av. Fabio Araújo Santos, 1145 – Nonoai. **Relator:** EPTC. **Encaminhamentos:** 1 –Relatado em 29/05/2018. 2 - Vistas à ABES, UFRGS e RGP 3 em 29/05/2018. Conselheira **Lívia** (UFRGS), relatora de vistas, fez à leitura do relatório, favorável a aprovação do EVU, condicionado a imediata



ATA 2770

1 comprovação de doação da escola em favor do município e que a área de preservação de trinta por
2 cento da vegetação característica de Mata Atlântica seja mantida como um maciço existente, visando
3 manter as características paisagísticas atuais. Disse que entendia que este parecer tivesse sentido há
4 algumas semanas atrás devido à continuidade do processo dentro do Conselho. Disse que lhe parecia
5 que este processo também se colocava neste momento, com a mesma problemática do processo lido
6 anteriormente, já que os conselheiros novos não tinham noção do que havia sido apresentado e do que
7 isso significava. Disse que seria preciso retomar para a pauta do Conselho o processo da Fraport com
8 o seu parecer e diligências a vários órgãos da prefeitura e a própria Fraport, e que já havia colocado
9 isso na última reunião do Conselho. Disse que quando ocorreu a última reunião da gestão anterior foi
10 lido o seu parecer sobre a Fraport com diligências e ele não retornou na pauta, diferentemente destes
11 outros processos. Conselheira **Jussara** (ABES) disse que a ABES também deu vistas ao processo.
12 Disse que concordava com o posicionamento da conselheira Livia não só do parecer, mas também da
13 questão de que também seria importante que os conselheiros atuais se apropriassem melhor das
14 informações. Conselheira **Carla** (EPTC) informou que durante as duas últimas gestões do Conselho
15 esteve pessoalmente na Gerência de Projetos da EPTC e esteve apresentando para o Conselho as
16 prioridades da EPTC em termos de mobilidade e de gestão da mobilidade em Porto Alegre. Disse que
17 foi contextualizado que Porto Alegre se mantém estável em número de população e de veículos e que
18 este número não estava aumentando. Informou que a EPTC possui apresentação pronta e que pode ser
19 trazido para os novos conselheiros. Disse que em relação a este processo que foi relatado pelo antigo
20 conselheiro da EPTC, conselheiro Júlio, a manifestação foi favorável porque a Perimetral na
21 sequência da Av. Nonoai já estava bem estruturada. Disse que a EPTC gostaria que se mantivesse a
22 votação e se colocou à disposição para apresentar novamente e atualizar as questões de mobilidade
23 para o Conselho. Conselheiro **Vinicius** (CAU-RS) perguntou como estava a pré-existência da
24 volumetria do local. Parabenizou a conselheira Livia pelo formato do relato apresentado. Disse que a
25 estrutura do parecer foi muito adequada e coerente para a melhor compreensão do processo.
26 Conselheira **Livia** (UFRGS) disse que o PDDUA propões nove metros para área, mas foi aprovado,
27 quando iniciou o processo em 2004, essa altura maior na época pela Cauge. Disse que o processo
28 tramita desde 2004 e é um problema o tempo em que demora e muitas vezes se diz que o problema é
29 da instituição pública. Disse que a demora neste processo não se deve à Prefeitura e sim à empresa.
30 Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) disse que sua tendência seria sempre favorável a votar porque atrai
31 receitas para o município. Disse que possuía algumas dúvidas em relação ao empreendimento. Disse
32 que as exigências às vezes inviabilizam a realização dos projetos. Reiterou a necessidade de
33 regularização fundiária das comunidades que mais precisam. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) sugeriu
34 que o processo fosse também recolhido e ficasse à disposição na secretaria executiva para voltar à
35 pauta na próxima reunião. **Presidente** informou que o processo ficaria à disposição na secretaria
36 executiva durante todo o período e voltaria à pauta da próxima reunião. Conselheiro **Felisberto**
37 (RGP 1) informou que precisava se retirar e que assumiria o seu suplente, conselheiro José Romari.
38 Conselheira **Livia** (UFRGS) disse que o parecer de vistas se colocava no sentido da aprovação do
39 EVU, condicionado a imediata comprovação de doação da escola em favor do município e que a área
40 de preservação de trinta por cento da vegetação característica de Mata Atlântica seja mantida como
41 um maciço existente, visando manter as características paisagísticas atuais. Disse que seria do seu
42 entendimento que a aprovação do EVU deveria estar condicionada a que isso acontecesse com
43 anterioridade. Disse que gostaria de entender como isso funcionaria internamente, pois não era do seu
44 entendimento. Disse que gostaria de saber como isso era garantido internamente. **Presidente**
45 esclareceu que a PGM é quem faz a garantia para que as contrapartidas aconteçam. Disse que em
46 relação ao primeiro ponto colocado pela conselheira, a PGM garante e é feito um Termo de
47 Compromisso e no final só sairá o habite-se se comprovada a contrapartida. Disse que a forma que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

1 município tem para garantir que as contrapartidas ocorram é através do Termo de Compromisso.
2 Conselheira **Carla** (EPTC) disse que a partir de 2016, com a implementação do Sistema Eletrônico
3 de Informação (SEI), todos os processos e demandas que chegam são digitalizados. Disse que no caso
4 de aprovação de empreendimentos, todos os técnicos observam os pareceres da CAUGE e do
5 CMDUA que está acima da CAUGE. Disse que há todo um trabalho técnico que segue, além da
6 formalização inicial que é dada no Conselho. Conselheira **Lívia** (UFRGS) perguntou se caso o
7 parecer seja aprovado e já que se fala em preservação de trinta por cento da vegetação, como se
8 controla este tipo de solicitação. Conselheira **Carla** (EPTC) informou que técnicos da Smam e
9 SMDE verificam estes condicionantes que são lançados na CAUGE e no CMDUA. Conselheiro **José**
10 (RGP 1) disse que é necessário fazer um levantamento técnico por biólogo das espécies presentes,
11 pois podem estar em lista de extinção. **Adiado. Apresentação pelo Empreendedor na próxima**
12 **reunião. Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente: 002.202265.00.6. Interessado: Grêmio**
13 **Geraldo Santana. Assunto: EVU de Edificação. Local: Rua Luiz de Camões, 337 – Santo Antonio.**
14 **Relator: AREA.** Conselheiro **Sérgio** (AREA), relator, apresentou seu relato, mostrou a área e a
15 planta no projetor. Informou que se tratava de um processo de regularização e aumento de área que
16 foi protocolado em fevereiro de 2017. Disse que buscou informações junto à Cauge. Conselheira
17 **Tânia** (RGP 4) disse que tinha dúvidas sobre o que seria construído na área. Relator explicou que
18 seria construído um CTG e uma academia. **Vistas à RGP 2, RGP 4 e RGP 7. Processo Quatro**
19 **Ponto Cinco. Expediente: 002.202265.00.6. Interessado: Cláudio Otávio Xavier. Assunto:**
20 **Recurso ao CMDUA para análise da possibilidade de flexibilização da distância para o**
21 **estacionamento para 250m, em razão da impossibilidade de atendimento total das vagas do imóvel.**
22 **Local: Rua Santo Inácio, 530. Relator: DEMHAB.** Conselheiro Furtado (DEMHAB), relator,
23 informou que esteve com problemas de saúde nos últimos dias e solicitou mais prazo. **Adiado. Item**
24 **Quatro. Comunicações. Presidente** informou que traria a resposta para a conselheira Lívia sobre o
25 processo da Fraport na próxima reunião. Conselheiro **Vinícius** (CAU-RS) perguntou como seria
26 trazida a resposta para os conselheiros acerca do novo Decreto. Informou que teve a oportunidade de
27 participar na semana anterior do Seminário Nacional de Políticas Urbanas, em São Paulo. Disse que
28 teve a participação de vários pesquisadores e universitários de todo o país e foi muito produtivo.
29 Disse que o seminário culminou com a elaboração de um documento chamado ‘Carta aos candidatos’
30 e disse que traria o documento na próxima reunião, pois poderia ser muito proveitoso também para o
31 Conselho. Conselheira **Lívia** (UFRGS) informou sobre a última aula do semestre do Curso de
32 Planejamento Urbano que iria acontecer no sábado, dia 14, no Ministério Público, a partir das 9h.
33 Disse que seria feita uma apresentação do professor Paulo Reis sobre cenários e cidades do futuro, e
34 da professora Wrana Panizi sobre a cidade e a economia urbana. Reiterou a importância da
35 participação dos conselheiros. Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2) disse no sábado seguinte, dia 14, a
36 RGP 2 realizaria um encontro na comunidade para apresentação oficial dos novos conselheiros e
37 delegados. Convidou o presidente e todos os conselheiros para participar da reunião e conhecer a
38 Região e suas necessidades. Comunicou o endereço, Rua Dona Teodora, mil trezentos e seis. Falou
39 que as situações dos microfones do Conselho estão difíceis e era importante para o bom andamento
40 dos trabalhos. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) falou que nas últimas edições do Conselho se tinha o
41 hábito dos conselheiros trazerem um lanche e sugeriu que esta ideia fosse reeditada. Disse que era um
42 bom costume para a integração dos conselheiros. Deu as boas vindas aos novos conselheiros e
43 desejou o bom andamento dos trabalhos para os próximos dois anos. Conselheiro **Sérgio** (AREA)
44 informou que a entidade realizou um evento sobre a Revitalização do Plano Diretor. Conselheira
45 Maristela (RGP 7) informou que foi realizado um seminário com os delegados e a comunidade da
46 RGP 7, com a presença da arquiteta Teresa Albano. Disse que foi muito proveitoso e teve uma grande
47 participação da comunidade. Conselheiro **Émerson** (OP-OHCDUA) falou que na última semana



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA 2770

1 havia sido realizada a plenária do OP da temática Organização da Cidade, Habitação,
2 Desenvolvimento Urbano Ambiental, e que houve a eleição dos novos representantes, na qual foi
3 eleito. Disse que se debateram pontos como regularização fundiária, aluguel social, Minha casa
4 minha Vida, dentre outros. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) comentou que as obras da Avenida
5 Tronco estavam paradas e pediu para o presidente convocar o DEMHAB para apresentar no Conselho
6 como as obras iriam funcionar. **Presidente** explicou sobre as dificuldades financeiras da Prefeitura.
7 Disse que foi realizado o Prefeitura nos Bairros, que deu atenção para as comunidades. Disse que
8 uma das vantagens do Conselho é que há a presença do governo. Conselheiro **Furtado** (DEM HAB)
9 disse que o Demhab nunca se furtou em conversar com a comunidade. Disse que anteriormente
10 ocorria o programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, que hoje não existe mais. Disse que o Demahb
11 está sempre à disposição. **Presidente** informou que as comunidades mais carentes eram prioridade do
12 governo. **Item Cinco. Término.** Finalizadas as manifestações e a Ordem do Dia, às dezessete horas e
13 vinte e sete minutos, foram encerrados os trabalhos do dia do CMDUA. Eu, **Aline Brum de Lima**,
14 Secretária Executiva e relatora, juntamente com o presidente da sessão, **Maurício Fernandes**, assino
15 e lavro a presente ata.

16
17
18
19
20
21
22
23
24 **Aline Brum de Lima**
25 Secretária Executiva
26 Relatora

24 **Maurício Fernandes**
25 Presidente

27
28
29 **Ata aprovada na sessão do dia 24/07/2018, sem retificações.**

30
31 **O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA.**